

## A REDE BANCÁRIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO<sup>1</sup>

PRADA, Joanderson<sup>2</sup>  
COSTA, Pierre Alves<sup>3</sup>  
VIDEIRA, Sandra Lúcia<sup>4</sup>

---

Recebido (Received): 2018-03-14 Aceito (Accepted): 2018-11-26

DOI:

### Resumo

O presente trabalho tem por objetivo verificar se a organização espacial da rede de agências bancárias no Brasil vem contribuindo como um estímulo ao desenvolvimento das diferentes regiões brasileiras ou se, por sua concentração espacial, a sua forma de organização vem sendo um reforço as desigualdades regionais. Para isso, realizamos a discussão teórica a respeito do conceito de redes e sobre a constituição das redes das corporações multilocalizadas, o que nos permite verificar como os bancos vêm organizando a sua rede de agências bancárias no Brasil. Utilizamos dados coletados junto ao Banco Central do Brasil e que são demonstrativos da forma como as redes de agências bancárias são organizadas atualmente. Como resultado, verificamos que as tentativas de estimular o desenvolvimento das regiões brasileiras ditas periféricas por meio do (re)direcionamento da rede de agências bancárias não resultaram em um desenvolvimento igualitário ao longo do país.

**Palavras-chave:** Finanças. Redes corporativas. Sistema bancário. Dinâmica espacial. Desenvolvimento regional.

## THE BANKING NETWORK AND THE BRAZILIAN REGIONAL DEVELOPMENT

### Abstract

This paper aims to verify if the spatial organization of the branch network in Brazil has been contributing as a stimulus to the development of different Brazilian regions or if, due to its spatial concentration, its form of organization has been reinforcing regional inequalities. For this, we have held the theoretical discussion on the concept of networks and on the constitution of networks of multi-sited corporations, which would allow us to verify how banks have been organizing their branch networks in Brazil. We have used data collected from the Central Bank of Brazil, which demonstrate how bank branch networks have being currently organized. As a result, we have found out that the attempts to stimulate the development of the so-called peripheral Brazilian regions by (re)targeting the branch networks have not resulted in an egalitarian development throughout the country.

**Keywords:** Finances. Corporate networks. Banking system. Spatial dynamics. Regional development.

## LA RED BANCARIA Y EL DESARROLLO REGIONAL BRASILEÑO

### Resumen

El presente trabajo tiene por objetivo verificar si la organización espacial de la red de agencias bancarias en Brasil viene contribuyendo como un estímulo al desarrollo de las diferentes regiones brasileñas o si, por su concentración espacial, su forma de organización viene siendo un refuerzo de las desigualdades regionales. Para ello, realizamos la discusión teórica acerca del concepto de redes y sobre la constitución de las redes de las corporaciones multilocalizadas, lo que nos permite verificar cómo los bancos vienen organizando su red de agencias bancarias en Brasil. Utilizamos datos recogidos junto al Banco Central de Brasil y que son demostrativos de la forma en que las redes de agencias bancarias se organizan actualmente. Como resultado, verificamos que los intentos de

---

<sup>1</sup>Este trabalho foi apresentado no II SEMDE – II Seminário Dinâmica Econômica e Desenvolvimento Regional, em dezembro de 2017.

<sup>2</sup>Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: Joanderson\_prada@hotmail.com.

<sup>3</sup>Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2009). Professor-pesquisador da Universidade Estadual do Centro-Oeste. E-mail: alvespierre75@hotmail.com.

<sup>4</sup>Doutor em Geografia, professor do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia, da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Coordenador do Núcleo de Estudos Mobilidade e Mobilização – NEMO. (mmrocha@uem.br)

estimular el desarrollo de las regiones brasileñas llamadas periféricas a través del (re)direccionamiento de la red de agencias bancarias no resultaron en un desarrollo igualitario a lo largo del país.

**Palabras clave:** Finanzas. Redes corporativas. Sistema bancario. Dinámica espacial. Desarrollo regional.

## 1 Introdução

Pensar na dinâmica econômica e no desenvolvimento regional brasileiro requer considerar a atuação das corporações que, sejam elas do setor produtivo ou financeiro, se especializam pelo território e nele atuam de modo a contribuírem para que as suas localidades se dinamizem e se tornem economicamente mais competitivas. Ao mesmo tempo, a espacialização concentrada das corporações contribui para que as localidades se diferenciem e para que desigualdades regionais se façam presentes no espaço geográfico.

Compreender o modo como essas corporações organizam as suas redes permite verificarmos se elas vêm contribuindo para o combate às desigualdades ou se, por se concentrarem em pontos específicos, elas servem como um mecanismo de reforço às desigualdades regionais. Embora o objetivo principal das corporações seja o de acumular lucros, acreditamos que elas possuem o potencial de estimular o desenvolvimento socioeconômico das localidades onde se inserem, o que se faz, dentre outras maneiras, pela realização de investimentos e pela geração de empregos e renda.

No caso das corporações do setor financeiro, elas exercem também funções essenciais ao funcionamento dos demais setores da economia, atuando como intermediadoras que controlam as operações financeiras e possibilitam a realização de investimentos que modificam as características do espaço.

O presente trabalho se insere nessa discussão, em que partimos do princípio de que a presença de corporações pode ser considerada benéfica para o desenvolvimento das localidades em que elas se inserem. Direcionamos nosso olhar para o sistema bancário tendo por objetivo verificar se a organização espacial da rede de agências bancárias no Brasil vem contribuindo como um estímulo ao desenvolvimento das diferentes regiões brasileiras ou se, por sua concentração espacial, a sua forma de organização vem sendo um reforço às desigualdades inerentes a um país de dimensões continentais e que apresenta uma diversidade socioeconômica entre suas regiões.

Para atingir esse objetivo, devemos compreender como se deu a organização espacial da rede de agências bancárias em cada momento da evolução político-econômica brasileira, considerando que mudanças foram implementadas a partir dos objetivos governamentais

vigentes e das estratégias de atuação adotadas por essas corporações. Essa etapa nos permite visualizar quais as modificações que foram realizadas nessa rede e, a partir disso, refletir sobre as suas consequências para o desenvolvimento e as desigualdades regionais.

Os procedimentos metodológicos utilizados estão baseados na leitura e interpretação de referenciais teóricos condizentes com a temática, em que consideramos a contribuição de autores vinculados a Geografia e de áreas afins; além de dados secundários coletados junto ao Banco Central do Brasil (Bacen), referentes a rede de agências bancárias brasileira no ano de 2016, e ao IBGE através do Censo Demográfico de 2010. Tais dados são utilizados como importante suporte para as discussões realizadas.

Como referencial teórico, utilizamos alguns dos autores que trabalham com a discussão das redes e outros que se dedicam a temática do sistema financeiro. Temos como base os trabalhos de Amado (2006), Castells (1999), Contel (2011), Corrêa (1989, 1992 e 2012), Costa (2014), Dias (1992 e 2009), Dias e Lenzi (2009), Maciel et al. (2009), Monteiro Neto (2014), Pereira e Kahil (2006), Prado Jr (2012), Raffestin (2011), Santos (2006), Santos e Silveira (2006), Souza Santos e Dalla Costa (2010), Videira (2007), Videira (2009) e Vieira (2009).

Dividimos o trabalho da seguinte maneira. No primeiro item, realizamos a discussão sobre o conceito de redes geográficas e sobre como elas foram tornadas um mecanismo de poder que influencia na organização do espaço geográfico. No segundo item, refletimos sobre as redes constituídas a partir da espacialização das corporações multilocalizadas e sobre a sua contribuição para o desenvolvimento regional. No terceiro e último item, buscamos compreender como os bancos vêm organizando a sua rede no Brasil, relacionando a sua atuação com a existência de desigualdades regionais.

Embora não seja nosso intuito darmos respostas definitivas, esperamos que as nossas reflexões contribuam para o debate acerca do papel representado pelas redes para o desenvolvimento regional, principalmente por inserirmos as redes bancárias nessa discussão como um elemento que (re)organiza o espaço geográfico.

## **2 As redes e a organização do espaço geográfico**

O conceito de redes apresenta diferentes significados de acordo com a disciplina que o utiliza em suas análises. No caso das redes geográficas, Corrêa (2012) as caracteriza como sendo construções humanas que foram elaboradas no âmbito de relações sociais e que

apresentam certa espacialidade. Para este autor, “[...] Espacialidade e natureza social são as características distintivas das redes geográficas [...]” (CORRÊA, 2012, p. 202).

Santos (2006) concorda a esse respeito ao mencionar que as redes são materiais (fixos), mas também políticas e sociais (fluxos). Para este autor, a produção e a vida das redes passaram por três momentos distintos, sendo eles o pré-mecânico, mecânico intermediário e a fase atual. Nesse processo, o progresso da ciência e da tecnologia, juntamente com as novas possibilidades abertas à informação, permitiram que as redes adquirissem característica de espontaneidade.

Ao longo da história, podemos conceber a existência de distintas redes geográficas, caso das redes dos povos nômades, dos mercados periódicos e das redes de cidades e de estradas, como as constituídas ainda no Império Romano. No mundo contemporâneo, podem ser destacadas as redes ferroviárias, bancárias, de partidos políticos, dos diversos órgãos do Estado, das grandes corporações, a rede urbana (CORRÊA, 2012), dentre outras que possuem a sua própria temporalidade e espacialidade. Esse fato demonstra que:

O fenômeno da rede não é novo, visto que há muito tempo a geografia discute e analisa um grande número de redes inscritas no território, expressas sobretudo pelas redes urbanas, de comércio, de transportes e de inúmeras outras atividades sociais. O que é necessário, para destacar a atual relevância desse debate, é lembrarmos que as antigas redes diferem desta trama contemporânea de redes que se formam no atual período da globalização (PEREIRA; KAHIL, 2006, p. 217).

A burguesia capitalista teve grande importância para a constituição das redes, o que se fez principalmente a partir do século XIX quando as redes técnicas foram difundidas pela consolidação e sistematização das inovações (DIAS, 2009). De fato, a difusão das redes ocorreu de modo concomitante com as possibilidades técnicas de cada período. Para Corrêa (2012, p. 203):

As redes geográficas se tornaram mais numerosas e cerradas a partir da segunda metade do século XIX. O desenvolvimento do capitalismo industrial necessitou e gerou novas demandas que suscitaram novos meios pelos quais as redes geográficas tornaram-se mais densas e eficientes, superando progressivamente o espaço pelo tempo. Instantaneidade e simultaneidade, que nos dias atuais caracterizam parte do funcionamento das redes geográficas, são o capítulo atual de uma história que não se concluiu.

Após um relativo silêncio em torno desse debate, a partir do final do século XX as redes adquiriram maior notoriedade nos trabalhos de geógrafos e de pesquisadores de outras disciplinas, o que ocorreu em meio as novas complexidades que redesenharam o mapa do mundo, dos países e das regiões (DIAS, 2009). As redes se tornaram elemento-chave para a compreensão da organização do espaço geográfico, acompanhando as novas possibilidades para a conexão e articulação dos espaços geradas pelo avanço técnico e científico. É esse o contexto

que levou Castells (1999) a propor a existência de uma “sociedade em rede”, constituída quando as localizações humanas foram articuladas entre si por meio de vias e fluxos (CORRÊA, 2012).

Acreditamos que o debate em torno dessa temática deve considerar quais as localidades que estão realmente articuladas e que, por esse motivo, participam ativamente das redes. Isso se faz necessário pelo fato de as redes não se distribuírem de forma homogênea e privilegiarem as localidades que apresentam as melhores vantagens locais. Conforme destaca Santos (2006), não vivemos em um momento de existência de uma indiferença espacial e a homogeneização é um mito, pois “[...] nem tudo é rede. Se olharmos a representação da superfície da Terra, verificaremos que numerosas e vastas áreas escapam a esse desenho reticular presente na quase totalidade dos países desenvolvidos. Essas áreas são magmas, ou são zonas de baixa intensidade” (SANTOS, 2006, p. 268).

Distribuídas de forma heterogênea, as redes contribuem para que as diferenças espaciais se acentuem a partir da concentração dos fixos e dos fluxos. Num mundo em que a competitividade foi tornada global, locais distantes geograficamente são conectados ao mesmo tempo em que passam a dispor de meios mais eficazes de se relacionarem e de realizarem trocas que lhes permite um ganho econômico que pode também se refletir em sua situação social. Nesse processo, as vantagens locais são “[...] fortalecidas e os lugares passam a ser cada vez mais diferenciados pelo seu conteúdo – recursos naturais, mão-de-obra, redes de transporte, energia ou telecomunicação [...]” (DIAS, 2009).

É nesse sentido que Raffestin (2011) destaca a utilização das redes por determinados atores de modo a permitir o seu domínio sobre as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias. Para ele, o controle sobre a organização das redes torna-se um importante mecanismo de poder, pois permite que se determine os rumos da circulação - entendida no sentido da transferência de seres e de bens lato sensu - e da comunicação - que se refere a transferência da informação.

[...] Quem procura tomar o poder se apropria pouco a pouco das redes de circulação e de comunicação: controle dos eixos rodoviários e ferroviários, controle das redes de alimentação de energia, controle das centrais telefônicas, das estações de rádio e de televisão. Controlar as redes é controlar os homens e é impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga (RAFFESTIN, 2011, p.191).

De modo parecido, Pereira e Kahil (2006) consideram as redes uma estrutura organizacional e técnica e também um instrumento de organização política e social que é constituída de forma diferenciada pelos agentes para o estabelecimento de fluxos tangíveis ou intangíveis, materiais ou de informação, produzindo um controle vertical da produção e dos

territórios em que ela se distribui. Para eles, “[...] a rede pode ser compreendida como um sistema verticalmente orientado pela e para a ação/intenção de determinados agentes, para a coordenação do trabalho que flui entre pontos específicos no território” (PEREIRA; KAHIL, 2006, p. 219-220).

Para Raffestin (2011), a utilização das redes para o poder ocorre em meio a vulgarização da rede de circulação e a privatização da rede de comunicação. Ou seja, é por meio do controle das informações que determinados grupos exercem o poder sobre os territórios, pois ele considera que “um dos trunfos do poder é hoje informacional [...]. O verdadeiro poder se desloca para aquilo que é invisível em grande parte, quer se trate de informação política, econômica, social ou cultural [...]” (RAFFESTIN, 2011, p. 182). É por esse motivo que:

[...] É relativamente fácil conhecer os fluxos de homens e de bens nas redes rodoviárias, ferroviárias, navegáveis e aéreas. Desta forma libera-se às claras os dados sobre a circulação: é a sequência “liberal” da estratégia do poder. Por outro lado, só se libera muito pouca coisa sobre a comunicação da informação, pois é bem mais fácil dissimulá-la, escondê-la: é a sequência “totalitária” da estratégia do poder [...] (RAFFESTIN, 2011, p. 181).

Em consequência, cidades no qual se concentram os aparatos técnicos informacionais podem exercer o comando sobre redes de diferentes tipos, ao mesmo tempo em que, num mesmo subespaço, pode ocorrer uma superposição de redes que tragam consigo atividades promissoras de empregos e riqueza (SANTOS, 2006). Uma vez instaladas, essas atividades contribuem para que as vantagens locais sejam realçadas em relação aos locais circunvizinhos.

Embora o conteúdo técnico de cada lugar seja decisivo, a atração dessas atividades também é influenciada pelas decisões que são tomadas em instâncias superiores. É esse o caso do papel representado pela sociedade nacional que distribui os conteúdos técnicos e funcionais de modo a deixar certos lugares envelhecerem enquanto outros passam por uma revitalização (SANTOS, 2006).

Isso significa dizer que a forma como cada porção do espaço se insere nas redes geográficas não depende apenas de si mesmas, sendo resultado de um processo de valorização diferenciada das cidades (DIAS, 2009) que pode ser visualizada, por exemplo, ao se analisar a atuação das grandes corporações multilocalizadas. Esse tipo de empresa se utiliza das redes técnicas para se espacializar sobretudo na rede urbana e sobre ela exercer influência que contribui para que diferenças socioeconômicas sejam manifestadas. Em consequência, acreditamos que a atuação dessas corporações pode ser decisiva para o desenvolvimento regional dos locais onde se inserem, fato que discutiremos no próximo item.

### 3 A rede das corporações multilocalizadas e o desenvolvimento regional

Conforme destacamos, as corporações multilocalizadas se organizam no espaço geográfico na forma de redes, dando origem ao que Pereira e Kahil (2006) denominam de “empresas-rede”. Para estes autores, a configuração do meio geográfico atual e o processo de globalização permitem e mesmo impõem determinadas práticas produtivas às grandes empresas, além de uma verdadeira reorganização das suas ações no território. Esse mesmo processo é analisado por Corrêa (2012) utilizando-se do termo “rede geográfica de corporação”, constituída pela sede, filiais e também por outras empresas.

[...] Na sede realizam-se atividades de concepção, planejamento e controle de todo o processo produtivo, envolvendo ampla área onde se localizam suas filiais e outras empresas que com ela mantêm relações. A ação da corporação, efetivada a partir da sede, envolve inúmeros aspectos da vida econômica, política e social do seu espaço de atuação. A sede e, assim a metrópole onde esta se localiza, constitui centro de gestão do território [...] (CORRÊA, 2012, p. 212).

Ao se (re)organizarem em locais muitas vezes distantes geograficamente entre si, as corporações dão início a um fluxo de bens materiais e imateriais que atravessam as fronteiras dos países e possibilitam que as etapas do processo produtivo ocorram a partir de uma divisão territorial do trabalho tornada mais complexa. Uma das consequências desse processo é a transformação dos territórios, com as redes sendo compreendidas como estruturas fundamentais para o desenvolvimento de novas estratégias de realização e distribuição do processo produtivo e, dialeticamente, de transformação dos territórios onde se inserem (PEREIRA; KAHIL, 2006).

Apesar de as corporações não possuírem diretamente a preocupação com o desenvolvimento dos locais em que se inserem, a sua presença pode ser aproveitada como uma oportunidade para que o desenvolvimento regional seja impulsionado em meio as disputas travadas entre os centros urbanos pela atração de atividades produtivas. A geração de empregos e a atração de capitais são algumas das vantagens a serem aproveitadas e que permitem a formação de centros urbanos com diferentes níveis de complexidade, o que “[...] deriva das múltiplas possibilidades que cada localização oferece para a implantação de atividades econômicas” (CORRÊA, 2012, p. 210).

Para além da existência de matérias-primas e de um mercado consumidor, outras vantagens passam a ser consideradas nas estratégias de atuação empreendidas pelas corporações, tais como o acesso as redes de comunicação e transporte, a existência de mão-de-obra qualificada e também de incentivos fiscais que permitam a realização de etapa do processo

produtivo com um menor custo. Em alguns casos, a produção local supri as necessidades de consumidores residentes em regiões distantes, o que só é possível mediante a quebra da barreira que era representada pelas distâncias espaciais. A fluidez contemporânea resulta, nesse sentido, da atuação conjunta dos setores público e privado, em que:

[...] Cabe ao estado, diretamente ou por concessões, e os organismos supranacionais prover o território dos macrossistemas técnicos sem os quais as demais técnicas não se efetivam. Já as empresas, isoladamente ou associadas, estabelecem redes privadas, cuja geografia e funcionalização correspondem ao seu próprio interesse mercantil. É por onde circulam – não raro de forma exclusiva – as informações, os dados especializados e as ordens que estruturam a produção [...] (SANTOS, 2006, p. 276).

É a partir da atuação desses agentes que é possibilitado às corporações constituir suas redes que atendem primeiramente a seus próprios interesses mercantis. Em segundo plano, a sociedade em geral pode também ser beneficiada por ser usuária de diversas redes que se distribuem pelos territórios. É esse o caso, por exemplo, das redes de telecomunicações no Brasil que, em parte, foram concebidas a partir das demandas impostas pelas corporações, espacializadas de forma concentrada ao longo do território.

Esse tipo de organização se deve ao fato de as corporações possuírem facilidade de constituir territorialidades próprias, utilizando-se da organização do território para atender as suas necessidades de circulação e comunicação. Com isso, a acumulação do capital é ampliada mediante o controle do processo produtivo e através de práticas de cooperação que aumentam a interdependência entre as empresas (PEREIRA; KAHIL, 2006).

As corporações do setor financeiro são, de longe, as maiores usuárias das redes, o que é visualizado quando constatado que são cada vez mais escassos os países que impõem limites para a atuação dos bancos (DIAS, 2009). Santos (2006) concorda com essa afirmação ao considerar que a forma mais acabada e eficaz de rede é dada pela atividade financeira, o que se faz graças à desmaterialização do dinheiro e o seu uso de modo instantâneo e generalizado. Em consequência, o dinheiro adquiriu maior fluidez, juntamente com a circulação das ideias, mensagens e produtos que interessam aos atores hegemônicos.

Há uma solidariedade técnica e organizacional no processo produtivo e entre os seus agentes, com uma maior e mais acelerada conquista de mercado e conseqüente acumulação de capital pelas grandes empresas, dentre essas estando as do setor financeiro. Assim como as demais corporações, os bancos contribuem para que as localidades se diferenciem e para que desigualdades regionais se façam presentes, pois os benefícios que as redes são portadoras não se distribuem de maneira igualitária entre todos os que habitam o lugar (PEREIRA; KAHIL, 2006, p. 227).

[...] através da inserção das redes de grandes empresas, os lugares são (re)funcionalizados, acolhem novas divisões do trabalho, nova hierarquia e posições na rede urbana, novos conteúdos normativos que se aderem ao território e mesmo especializações territoriais alienadas que destoam de seus contextos pretéritos [...] (PEREIRA e KAHIL, 2006, p. 227).

É constituído assim um poder bancário que atua a partir do seguinte princípio: coletar e distribuir diferencialmente. Isso ocorre pelo fato de que, ao mesmo tempo em que o banco coleta dinheiro, ele também coleta informações que são estocadas para serem utilizadas no momento da “redistribuição” (RAFFESTIN, 2011). Em consequência, percebemos que nem sempre os banqueiros estão em sintonia com seus emprestadores, pois a circulação do signo monetário:

[...] muito estritamente controlada, organiza e desorganiza, estrutura e desestrutura os territórios, em todas as escalas. Jogo terrível o dos movimentos de capitais, que podem regenerar uma economia ou, ao contrário, torna-la anêmica; que podem derrubar um governo ou, ao contrário, sustenta-lo [...] Observação banal, sim, mas tão ilustrativa do poder que possuem aqueles que fazem circular o dinheiro! (RAFFESTIN, 2011, p. 194).

É isso o que veremos no próximo item, no qual discutimos o modo como os bancos se espacializam no Brasil. Acreditamos que a presença das agências bancárias em certas localidades e os investimentos financeiros que são facilitados pela sua presença, podem estar contribuindo para a ocorrência de um desenvolvimento regional que acompanha as localidades mais atrativas para esse tipo de corporação. Em consequência, as desigualdades regionais podem ser intensificadas ou amenizadas. O estudo do sistema financeiro é, nesse sentido, demonstrativo de como as redes influenciam o desenvolvimento regional.

#### **4 A rede bancária e as desigualdades regionais no Brasil**

A espacialização da rede bancária no Brasil se faz a partir dos interesses dos setores público e privado que influenciam no modo como as agências se distribuem pelo território brasileiro. Embora cada banco possua suas próprias particularidades em relação ao modo como organizam a sua rede, de modo geral, a concentração das agências ocorre nas regiões mais dinâmicas do país, acompanhando as vantagens locais existentes.

Isso se deve ao fato de que, assim como o que ocorre com as corporações produtivas, o setor financeiro necessita de uma rede técnica para sua atuação, representada principalmente pelos sistemas de transportes e pelas redes de telecomunicações. Foi a difusão dessa base material que permitiu a expansão das agências bancárias no Brasil, o que ocorreu sem que as

localidades fossem atendidas de forma homogênea. Em consequência, mesmo no período atual em que há uma maior integração dos espaços, a velocidade com que os fluxos circulam varia entre cada local, o que representa maior ou menor facilidade para que as corporações desenvolvam suas atividades

No caso brasileiro, os bancos foram grandes investidores na criação das redes técnicas, pois foi a partir de sua demanda que foram instalados circuitos nacionais e internacionais de comunicação de dados (DIAS, 1992). Esse processo possibilitou a informatização do setor e permitiu uma quebra de barreiras de modo que as informações e os fluxos de capitais pudessem circular de forma mais fluida entre agências e sedes. Contel (2011) sintetiza esse processo a partir de quatro fases principais, que correspondem a gênese da automação bancária (1ª fase); a introdução de computadores nos sistemas de ações dos bancos (2ª fase); a centralização do processamento das informações bancárias (3ª fase); e o processamento instantâneo das informações bancárias (4ª fase).

Embora esses investimentos tenham gerado maior comodidade para que os bancos expandissem a sua rede de agências, eles não resultaram em uma igualdade de condições entre os espaços, pois o controle sobre a rede bancária – expresso sobretudo pela presença da sede das corporações – tornou-se cada vez mais concentrado em um número reduzido de cidades. Ao mesmo tempo em que foram estabelecidas as condições necessárias para a expansão da rede bancária no Brasil, a sua gestão tornou-se ainda mais concentrada e privilegiou pontos específicos do território.

Se considerado o período entre 1961 e 1985, o número de cidades que possuíam alguma sede bancária passou de 77 para 28, com São Paulo adquirindo a primazia dessa função por meio do controle de cerca de 40% do total de agências (CORRÊA, 1989). A gestão financeira se concentrou com as cidades que possuíam a capacidade de processar as informações necessárias, com São Paulo tornando-se o principal centro financeiro do país e uma metrópole informacional, se aproveitando de suas condições técnicas para se fazer presente em todo o território nacional. Para Corrêa (1992, p. 35), a gestão do território “[...] implica na criação e manutenção de diferenças espaciais através das quais as diferenças econômicas e sociais se realizam, são legitimadas e se reproduzem. Trata-se da gestão das diferenças espaciais”.

Com base nessa citação de Corrêa (1992), percebemos que a concentração da gestão do território contribui para que as diferenças espaciais sejam realçadas de modo que as desigualdades econômicas e sociais se tornem mais evidentes entre as porções do território.

Apesar disso, a espacialização desconcentrada das agências bancárias também pode ser entendida como uma oportunidade para que o desenvolvimento não se restrinja a certas localidades.

No Brasil, a espacialização das agências bancárias vem sendo, em diversos momentos, indicadora da dinâmica econômica brasileira, pois a sua organização acompanha a presença das corporações do setor produtivo. A disputa entre os locais pela atração dessas atividades determinou a supremacia de certos pontos do território em relação aos demais.

Apesar disso, distintas estratégias foram colocadas em prática de modo a alterarem a forma como os bancos espacializam as suas agências. Se em determinados momentos ocorreram tentativas de estender o atendimento para localidades consideradas menos dinâmicas ou que possuíam defasagem em relação ao acesso a esse tipo de serviço, em outros, as ações empreendidas pelos banqueiros e pelo poder público representaram o fortalecimento das regiões mais dinâmicas do país.

Em alguns momentos foi favorecida a atuação de bancos públicos, controlados em nível estadual e federal, que desempenham importante função no fomento ao desenvolvimento regional. Em outros, foram os bancos privados a terem sua atuação estimulada a partir das normas e legislações impostas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), a exemplo dos períodos delimitados por Costa (2014) e que caracterizam a história bancária brasileira (Quadro 1).

**Quadro 1** – Síntese da história bancária no Brasil – 1808 a 2011

PERÍODO	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
1808-1905	Criação-destruição-recriação do Banco do Brasil, banco público com "crise de identidade" entre assumir a coisa pública ou atuar de acordo com as regras do mercado, desde sua primeira fundação.
1905-1930	Abertura financeira para o exterior permite o ingresso de capitais externos e de bancos estrangeiros.
1930-1945	Socialização das perdas bancárias; imposição da reserva de mercado no varejo bancário em favor dos bancos brasileiros; legislação liberal propícia à fundação de bancos; início do uso de bancos públicos para atuação desenvolvimentista.
1945-1964	Fim da fase competitiva e início do processo de concentração bancária; criação de novas instituições financeiras com prioridade para o financiamento do surto de desenvolvimento econômico.
1964-1988	"Repressão financeira" que modernizou e fortaleceu o sistema bancário nacional através das reformas monetária, habitacional e do mercado de capitais, da indução do processo de concentração e conglomeramento, e do estímulo à internacionalização dos bancos públicos e privados nacionais.
1988-1994	"Liberalização financeira", com fim da exigência de carta-patente, facilidade para se criar "bancos múltiplos" e "bancos de negócios ou nichos"; abertura à entrada de capital externo.
1995-2002	Crise bancária com liquidação de bancos privados nacionais; privatização de bancos estaduais, reestruturação patrimonial das instituições financeiras públicas federais, concentração e desnacionalização bancária.

**Quadro 1** – Síntese da história bancária no Brasil – 1808 a 2011

2003-2006	"Bancarização", com acesso popular aos bancos e ao crédito com ganho de economia de escala, elevando a competitividade dos bancos no Brasil.
2007-2011	Nova concentração bancária, com fusões, associações e aquisições interbancárias, com os bancos resultantes alcançando escalapara competir internacionalmente em fase de apreciação da moeda nacional.

Fonte: COSTA, 2014.

Com base nessas informações, percebe-se que o início do século XX foi favorável ao ingresso de bancos estrangeiros, assim como o ocorrido na passagem do século XX para o século XXI. Em períodos como entre 1930 e 1945, foi a criação de bancos públicos a ser favorecida, importante para o financiamento do surto de desenvolvimento econômico que caracterizou os anos 1945-1964, pois a atuação dos bancos públicos está vinculada diretamente aos objetivos governamentais, o que os diferencia das demais instituições financeiras e se reflete no modo como organizam a sua rede de agências. Essas diferenciações são visíveis no caso do Banco do Brasil, pois houve, ao longo de sua história, redefinição da sua função prioritária enquanto “quase banco central” (COSTA, 2014).

É por sua atuação diferenciada que os bancos públicos podem ser considerados um mecanismo de desenvolvimento regional, o que possui importância principalmente em pequenos municípios localizados em regiões economicamente menos dinâmicas e que, em consequência, são consideradas menos atrativas pelas demais corporações. Ao estenderem a sua rede até essas localidades, os bancos públicos podem as beneficiar, dentre outras maneiras, pela criação de empregos, injeção de capital e pela realização de investimentos - oriundos da esfera estadual e federal - que são materializados em melhorias no espaço geográfico. Embora os bancos privados possam também ser utilizados para a concretização desses objetivos, eles são mais seletivos quanto a sua forma de espacialização, o que torna mais restrito sua atuação como uma extensão do poder público.

É por esse motivo que a criação de bancos públicos foi estimulada principalmente quando se buscou atender as necessidades das economias regionais, possibilitando direcionar o sistema financeiro para as regiões economicamente menos dinâmicas e onde as agências se faziam presente de modo insuficiente. Esse (re)direcionamento da rede de agências se fez possível principalmente após a criação de uma autoridade financeira, inicialmente representada pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)<sup>5</sup>, criada em 1945 no fim do primeiro

<sup>5</sup> Conforme destacado pelo Bacen, criada em 1945, a SUMOC foi a autoridade monetária brasileira com a missão de preparar a organização de um banco central no país. Responsável pela regulação monetária do Brasil, ela foi extinta em 31 de março de 1965, quando o Bacen foi criado. A SUMOC atuou de forma decisiva na economia brasileira durante quase vinte anos, até a reforma do sistema financeiro de 1964.

governo Vargas (1930-1945), e atualmente desempenhada pelo Banco Central do Brasil. A presença de uma autoridade financeira contribuiu para que se passasse a exercer um controle sobre os bancos e para que se evitasse que eles continuassem a ser criados à revelia. No caso da SUMOC, a sua atuação contribuiu para a existência de um sistema financeiro mais sólido e preparado para as políticas do Estado Novo (1937-1945), que demandavam mudanças na forma como os bancos se organizavam. A conjuntura político-econômica desse período era representada por um momento de acelerado desenvolvimento econômico capitalista, com aumento dos índices inflacionários que inviabilizavam os financiamentos para o desenvolvimento almejado (VIDEIRA, 2007).

As limitações ao desenvolvimento eram justificadas por alguns fatores, dentre os quais a Lei da Usura, criada pelo Decreto nº 22.626, de 07/04/1933, que limitava em 12% ao ano os juros (VIDEIRA, 2009). Na prática, essa lei dificultava os empréstimos, pois a inflação era crescente, tornando a taxa de juros real negativa e inviabilizando a atração de capitais. Embora existam outras justificativas para o cenário então existente, é importante notar que a legislação era ainda incipiente quanto à mobilidade de capitais externos.

O Decreto-Lei nº 7.293, de 2 de fevereiro de 1945, deu origem a SUMOC e possibilitou que as agências bancárias fossem redirecionadas de acordo com a real necessidade dos lugares. Na prática, a SUMOC contribuiu para que fosse solucionado momentaneamente o problema da concentração de agências em pontos específicos do território, o que também contribuiria para o conhecimento do território e para uma maior integração de suas regiões. A expansão das agências passou a centrar-se em regiões de economias deprimidas, casos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (VIEIRA, 2009).

Em relação ao Banco Central do Brasil, ele teve origem a partir da Reforma Financeira implementada pelos governantes militares em 1964, quando a SUMOC foi transformada em banco central. A partir dessa reforma, a organização das atividades financeiras adquiriu maior funcionalidade e um alcance nacional (CONTEL, 2011), as agências se difundiram pelo território brasileiro e, ao mesmo tempo, o papel de gestor financeiro se concentrou em um menor número de cidades, com destaque para São Paulo pelo número de sedes bancárias que passou a concentrar. A partir desse momento, bancos públicos como o Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Caixa Econômica Federal cresceram exponencialmente por atuarem próximos as atividades e objetivos do Estado, tais como o crédito, a agricultura, habitação, empresas e pessoas físicas (SOUZA-SANTOS; DALLA COSTA, 2010).

Os altos índices de inflação e os juros elevados garantiam a rentabilidade em manter agências em locais que eram considerados pouco viáveis economicamente. Resoluções como a nº 141 de 1970 estabeleceram critérios para a abertura e transferência de agências ou filiais bancárias e facilitaram sua expansão para locais até então desassistidos. Essas medidas permitiram que os ideais militares de integração territorial fossem colocados em prática, com os bancos sendo utilizados para esse fim. Ao mesmo tempo, o capital financeiro exigiu maior fluidez de modo que o sistema financeiro nacional fosse integrado e também interligado aos principais centros financeiros internacionais, momento em que “[...] o capital financeiro tira proveito de sua flexibilidade e de sua rapidez [...]” (DIAS, 1992, p. 47).

Em resumo, percebemos que a criação da SUMOC, mais tarde transformada em Banco Central do Brasil, representou a possibilidade do Estado intervir nos rumos a serem tomados pelo sistema bancário brasileiro. Esse setor deixou de estar totalmente desregulado e passou a atuar sob a supervisão da autoridade financeira de cada período. Nesse processo, aumentou a integração econômica entre as regiões brasileiras, o que se fez também por meio de outros investimentos que possibilitaram uma mudança na organização econômica na forma de “ilhas” que, desarticuladas entre si, se direcionavam principalmente ao mercado externo (exportação).

Até então, cada região era especializada em uma produção específica, com destaque para o setor primário por meio do cultivo do café, da borracha, do cacau e do açúcar que, conforme destaca Prado JR (2012), organizavam a produção agrária de forma compartimentada e distribuída pelas diferentes regiões do país, com um gênero para cada uma, desenvolvidas cada qual independentemente das demais e voltadas inteiramente para a exportação.

A realização de investimentos no setor de transportes também foi essencial para a maior integração territorial do Brasil e para a formação de um mercado interno, alterando a topologia predominante até o período da Segunda Guerra Mundial (1929-1945) que era baseada na desarticulação interna e organização estritamente destinada ao escoamento da produção para o exterior (CONTEL, 2011).

Essas mudanças representaram a possibilidade de que regiões menos atrativas pudessem ser integradas ao sistema financeiro, que se fez valer das redes técnicas disponíveis para aumentar a articulação entre os diferentes “nós” de sua rede. Os ideais políticos e econômicos vigentes foram decisivos para que essas estratégias fossem colocadas em prática, contribuindo para que se alterassem algumas das características da rede bancária brasileira.

Em período posterior, na passagem do século XX para o século XXI, novos ideais políticos e o interesse dos banqueiros contribuíram para que fossem modificadas a forma como

os bancos se organizavam no Brasil. Esse período é representado pela ascensão do neoliberalismo em diversos países, principalmente naqueles de economias consideradas periféricas e emergentes. As medidas colocadas em prática por esses governantes reorganizaram a rede de agências em favor dos maiores bancos privados nacionais e dos bancos estrangeiros, que aumentaram a sua presença no Brasil aproveitando-se da privatização dos bancos públicos.

Ao favorecer a atuação dos bancos de origem privada, o Estado permitiu que a rede de agências fosse redirecionada para as regiões economicamente mais dinâmicas, aquelas em que os banqueiros consideravam existir as melhores vantagens locais e onde eles poderiam realizar a acumulação de capital de modo mais facilitado. Conforme destacado, os bancos privados não possuem o mesmo interesse em se fazer presente em localidades menos dinâmicas, o que contribui para a sua concentração em áreas cores da economia brasileira.

Bancos nacionais como o Bradesco e o Itaú aproveitaram esse momento para se expandirem por meio de processos de fusão e aquisição de instituições que, em sua maioria, enfrentavam problemas administrativos e não haviam conseguido se adaptar ao novo cenário econômico originado da estabilização econômica e monetária alcançada pelo Plano Real (1994). Importante parcela dos bancos que tiveram seu controle adquirido eram bancos públicos que, por necessidade real ou por interesse político, foram repassados para as corporações privadas - principalmente para as de origem estrangeira - que se aproveitaram da rede de agências desses bancos para “nascerem” grandes no Brasil. Conforme destaca Contel (2011, p. 179),

[...] o processo de estabilização da moeda trouxe, fundamentalmente, a melhoria do chamado “ambiente de investimento” para os grandes atores do cenário econômico globalizado. Este raciocínio permite que o Plano Real seja visto como uma estratégia para aumentar a funcionalidade do território brasileiro para os grandes atores da economia global.

Muitos dos bancos que cresceram nesse período centravam suas ações em regiões consideradas centrais. Nesse sentido, é de se supor que esse processo de concentração bancária, que praticamente eliminou os bancos de caráter regional periférico, iria acentuar as restrições financeiras dessas regiões, ao mesmo tempo em que levaria os bancos que assumiram os bancos regionais a redirecionarem suas atividades para as regiões que possuíssem as melhores vantagens comparativas, ou seja, as regiões centrais (AMADO, 2006).

O Banco Central do Brasil atuou como interlocutor dessas privatizações e criou progressivamente um conjunto de normas que adaptaram o sistema financeiro à “opinião” internacional (DIAS; LENZI, 2009). Sua atuação se fez, dentre outras maneiras, por meio do

Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e do Regime de Administração Especial Temporária (RAET). Esses programas serviram como mecanismos que reorganizaram a rede bancária a partir dos novos objetivos da elite política e econômica.

Em consequência, o prosseguimento do debate a respeito da relação existente entre as redes de corporações e o desenvolvimento regional estabeleceu-se de modo pessimista em função das expectativas negativas que se tinha em relação aos prováveis efeitos da abertura comercial, financeira e produtiva implementada especialmente a partir da década de 1990 (MONTEIRO NETO, 2014). Adicionalmente,

[...] A perda de instrumentos de política de desenvolvimento regional, representada pelo enfraquecimento e/ou destruição de agências regionais de desenvolvimento (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene), redução do gasto federal nas regiões, privatização de empresas estatais e bancos públicos estaduais, tornava mais difícil contrapor-se aos movimentos naturais do setor privado quanto às decisões de localização do empreendimento produtivo [...] (MONTEIRO NETO, 2014, p. 68).

Mesmo com os investimentos realizados, especialmente a partir dos anos 2000, em prol da desconcentração econômica, são ainda grandes as desigualdades regionais brasileiras. Isso se deve ao fato de que o padrão de desconcentração imposto ocorreu combinando altas taxas de crescimento em todas as regiões, ou seja, a tentativa de desconcentração se deu em ambiente de elevada expansão das oportunidades econômicas do aparato produtivo nacional, com as regiões mais ricas apresentando expansão econômica em paralelo à expansão das áreas menos desenvolvidas (MONTEIRO NETO, 2014). Conforme demonstramos, as corporações multilocalizadas podem contribuir para que essas desigualdades sejam reduzidas ou intensificadas.

Nesse quesito, o cenário recente demonstra que os bancos parecem se direcionar novamente para as regiões mais dinâmicas e conseqüentemente mais atrativas à sua atuação, o que é visualizado por meio de dados fornecidos pelo Bacen referentes ao ano de 2016 (Tabela 1) e pelo Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010.

**Tabela 1** – Quantitativo de agências do setor financeiro distribuídas pelas regiões do Brasil – 2016

REGIÃO	QUANTIDADE DE AGÊNCIAS
Sudeste	12.264
Sul	4.391
Nordeste	3.719
Centro-Oeste	1.863
Norte	1.186
Total	23.423

Fonte: Bacen, 2016.

Em 2016, o Sudeste concentrava a maior parte das agências do segmento financeiro presentes no Brasil, o que correspondia 52,35% do total, com destaque para o estado de São Paulo que possuía 7.382 agências, o que equivalia a 31,51% das agências presentes no território brasileiro. A segunda região com maior quantidade de agências era o Sul, concentrando 18,74% das agências, o que contribui para o entendimento de que os bancos se concentram especialmente nas regiões de maior desenvolvimento econômico. Além disso, a maior parte das agências são controladas por bancos privados que, no ano de 2016, somavam 145 bancos, contra apenas 10 bancos públicos (BACEN, 2016).

É importante notar que o Sudeste e o Sul pertencem a denominada Região Concentrada, que se destaca por sua urbanização, cientificização da agricultura, presença de centros de pesquisa e ensino superior, maior densidade de rodovias, ferrovias e bases materiais das telecomunicações e da teledetecção. Nessas regiões, a esfera técnico-científica se espalha com maior intensidade que em outras áreas do país (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

A relação entre a população de cada região e a quantidade de agências que possuem revela, novamente, a concentração das agências nas regiões de maior desenvolvimento econômico (Tabela 2), pois a proporção de agências é maior nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Nessas três regiões, se considerado a sua população absoluta, cada agência atende, em média, uma menor quantidade de pessoas quando comparadas às regiões Norte e Nordeste.

**Tabela 2** – Relação agências/população das regiões brasileiras

REGIÃO	POPULAÇÃO (HAB.)	RELAÇÃO AGÊNCIAS/POPULAÇÃO
Região Nordeste	53.078.137	13.465,48
Região Norte	15.865.678	13.377,46
Região Centro-Oeste	14.050.340	7.541
Região Sudeste	80.353.724	6.551,99
Região Sul	27.384.815	6.236,57

Fonte: Bacen, 2016 e IBGE, 2010.

Dentre outros fatores, creditamos essa forma de organização espacial das agências à atuação do poder público, que continua a exercer influência e tem a capacidade de redirecionar esse movimento em direção às regiões mais carentes. Como resultado, salientamos que o desenvolvimento já empreendido nessas regiões não foi suficiente para que as desigualdades regionais fossem eliminadas, sendo necessário que novos investimentos sejam realizados.

Embora avanços sejam feitos, uma das características do Brasil é a desigualdade econômica entre indivíduos e regiões, observando-se uma concentração relativa de produção e renda nas regiões Sul e Sudeste e maior nível de pobreza nas regiões Norte e nordeste (MACIEL et al., 2009), o que contribui para uma maior escassez de agências nessas regiões.

## **5 Considerações finais**

As discussões apresentadas neste trabalho demonstram que a presença de redes geográficas pode servir como um estímulo ao desenvolvimento regional, dando nova dinâmica aos espaços a partir dos fluxos materiais e imateriais que por elas circulam. Apesar disso, o acesso às redes não ocorre de forma igualitária e a sua espacialização concentrada vem contribuindo para que novas diferenças sejam manifestadas no espaço geográfico.

Os benefícios inerentes à “sociedade em rede” não se distribuem de maneira igualitária, tornando-a impulsionadora tanto do desenvolvimento como das desigualdades regionais. Essa afirmação é exemplificada pela rede das corporações que, ao se espacializarem irregularmente, contribuem para o fortalecimento das áreas cores da economia que se sobrepõem sobre as demais por sua importância nas relações político-econômicas que são estabelecidas nacional e internacionalmente.

Os bancos se inserem nessa dinâmica, em que o conhecimento de sua organização espacial possibilita a compreensão de qual o papel que eles vêm desempenhando, ainda que indiretamente, perante as desigualdades já existentes. Foi isso o que propomos no presente trabalho, em que verificamos a existência de tentativas de estimular o desenvolvimento das regiões brasileiras ditas periféricas por meio do redirecionamento espacial das agências bancárias. Isso se fez principalmente a partir da iniciativa do poder público, que teve função primordial ao utilizar normas e regulações na tentativa de promover um desenvolvimento mais igualitário de seu território, objetivo não alcançado em sua totalidade.

É importante que o Estado direcione suas atenções para as regiões que sofrem por seu maior isolamento e dinamismo econômico reduzido, realizando investimentos que resultem

principalmente em melhorias na qualidade de vida de seus habitantes. Isso deve ocorrer mediante um planejamento de médio e longo prazo e que esteja acima das constantes mudanças que ocorrem na elite política brasileira. Isso evitará, possivelmente, o retorno dessas regiões a suas condições pretéritas.

## Referências

AMADO, A. M. Impactos regionais do processo de reestruturação bancária do início dos anos 1990. In: CROCCO, M.; JAYME JUNIOR, F. G. **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 147-168.

BACEN. **Relação de Agências, Postos e Filiais de Administradoras de Consórcio**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/fis/info/agencias.asp>>. Acesso em: 13 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **História da Sumoc**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/historia/sumoc/historiasumoc.asp>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Quantitativo de bancos por estrutura de capital**. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r201612/T4OD\\_Quadro%2013%20-%20Quantitativo%20de%20bancos%20por%20origem%20de%20capital.pdf](https://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r201612/T4OD_Quadro%2013%20-%20Quantitativo%20de%20bancos%20por%20origem%20de%20capital.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CONTEL, F. B. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2011. 315p.

CORRÊA, R. L. Os centros de gestão e seu estudo. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 51, n.4, p.109-119, out./dez. 1989.

\_\_\_\_\_. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. **Revista Brasileira de Geografia**, 54(3) 1992. Anais do 1º Workshop de Geociências - Rio de Janeiro, UFRJ, 1992.

\_\_\_\_\_. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, v.9, n. 16, 2012.

COSTA, F. N. da. **Brasil dos Bancos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 532p.

DIAS, L. C. O sistema financeiro: aceleração dos ritmos econômicos e integração territorial. **Anuário do Instituto de Geociências/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 43-54, 1992.

\_\_\_\_\_. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORREA, R. L. **Geografia: Conceitos e temas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 141-162.

DIAS, L. C.; LENZI, M. H. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. **Caderno CRH** (UFBA, Impresso), v. 22, p. 97-117, 2009.

IBGE. **Censo 2010**: população do Brasil é de 190.732.694. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas&view=noticia>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

MACIEL, V. F.; PIZA, C. C. de T.; PENOFF, R. N. Desigualdades Regionais e Bem-Estar no Brasil: Quão eficiente tem sido a atividade tributária dos estados para a sociedade? **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 21, p. 291-318, 2009.

MONTEIRO NETO, A. Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências recentes. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRUA) do Ipea**, Brasília, p. 67 – 81, 2014.

PEREIRA, M. F. V.; KAHIL, S. P. O território e as redes: considerações a partir das estratégias de grandes empresas. In: L. H. de O. G.; P. F. de C. (Org.). **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro: AGETEO, 2006. p. 213-226.

PRADO JR, C. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. Tatuapé: Editora Brasiliense, 2012. 365p.

RAFFESTIN, C. As redes e o poder. In: \_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder**. 2. ed. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Khedir, 2011. p. 179-198.

SANTOS, M. Por uma geografia das redes. In: \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2006. p. 261-279.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 474p.

SOUZA-SANTOS, E. R; DALLA COSTA, A. J. A internacionalização dos bancos brasileiros: os casos de Itaú/Unibanco e Banco do Brasil. **Economia & tecnologia** (UFPR), v. 23, p. 169-179. 2010.

VIDEIRA, S. L. Reforma financeira: instrumento para concentração e centralização do sistema financeiro brasileiro. In: I WORKSHOP REGIONAL DE GEOGRAFIA E MUDANÇAS AMBIENTAIS: desafios da sociedade do presente e do futuro, 2007, Guarapuava. **Anais...** Guarapuava: Unicentro, 2007. v. 1. p. 53-59.

\_\_\_\_\_. **Globalização Financeira: um olhar geográfico sobre a rede dos bancos estrangeiros no Brasil**. Guarapuava: Unicentro, 2009. 344p.

VIEIRA, C. E. **Rede bancária e rede de cidades: o processo de reestruturação ocorrido no período 1970 a 2006**. 2009. 116p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.